

ENTRE RETIRANTES E FLAGELADOS: PALAVRAS E SIGNIFICAÇÕES DOS SERTANEJOS MIGRANTES EM TESTEMUNHOS DA SECA DE 1877 NO CEARÁ

BETWEEN RETIRANTES AND FLAGELADOS: WORDS AND MEANINGS OF MIGRANT SERTANEJOS IN TESTIMONIES OF THE 1877 DROUGHT IN CEARÁ

Daniel Macêdo ¹

Resumo

Com a demarcação da seca de 1877, as ondas migratórias à Fortaleza mobilizaram a nomeação de sujeitos tidos como “estranhos” tomando-os como *retirantes e flagelados*. Diferente de sinônimos, as palavras constituem-se como significações distintas que consideram condições de possibilidades das agências em meio a um dado espaço-tempo. Nessa direção, este artigo mobiliza, principalmente, textualizações de Rodolpho Teóphilo e de José do Patrocínio a fim de discutir as proposições de sentidos em que tais palavras se enredam como desígnios à presença do sertanejo em espaços urbanos; e, com isso, firmam-se como testemunhas das relações com a seca.

Palavras-chave

seca de 1877; retirante; sertanejo; flagelado; testemunho.

Abstract

With the demarcation of the drought of 1877, the waves of migrants to Fortaleza gave rise to the naming of subjects considered to be “strangers” by referring to them as *retirantes and flagellados*. Unlike synonyms, words are constituted as meanings that consider the conditions of possibility of agencies in the midst of a given space-time. With this in mind, this article mainly uses textualizations by Rodolpho Teóphilo and José do Patrocínio to discuss the propositions of meanings in which these words become entangled as designs for the presence of the sertanejo in urban spaces; and, with this, they establish themselves as witnesses to relations with the drought.

Keywords

drought of 1877; retreatant; sertanejo; flagellates; testimony.

¹ Doutorando em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista da CAPES e integrante do Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência. <http://lattes.cnpq.br/5305837096746775> <https://orcid.org/0000-0002-1415-7792>

Introdução

As observações sobre a seca no território que hoje nomeia-se por Nordeste são registradas desde o início do período colonial e, como aponta o historiador Frederico Neves (1992), constituem-se aporte fundamental das proposições que mobilizam imaginários sobre a região. Esta preocupação também é partilhada pelo historiador Durval Albuquerque Jr. (1998) ao investigar os períodos de seca em momentos históricos diversos para, com isso, pensá-la em diferença a um fenômeno biogeográfico marcado pela sazonalidade dos períodos de escassez hídrica.

Ao desnaturalizarem a seca de um predisposto natural, Neves (1992) e Albuquerque Jr. (1998) estão entre os muitos pesquisadores que, assim como Djacir Menezes (2018) em seus escritos seculares, dedicam atenção às relações políticas que a fundamentam como um processo social. Há profundas tensões acadêmicas nas compreensões sobre o que se entende por “seca”. De modo particular, as proposições de Albuquerque Jr. (1998; 2011; 2013) chama-nos a conferir as “condições de possibilidade” com as quais os desígnios da palavra tanto revelam as tensões contextuais que as embasam, quanto os significados que com ela se enredam ao espaço-tempo.

Em diálogo com o filósofo francês Michel Foucault (2017) que propõe as “condições de possibilidade” como um parâmetro pelo qual as elaborações de sentidos atenuam-se por relações de poder e de saber intimamente ligadas ao espaço, ao tempo e às agências que são possíveis em um dado contexto; o esforço de Albuquerque Jr. tem sido de interpelar diferentes contextos a fim de notar como a palavra “seca” (Albuquerque Jr., 1995; 1998) articula-se em significações possíveis conforme as tensões sociais em que emergem, transitam, atuam e em que emprega-se na elaboração de outras palavras, como “Nordeste” (Albuquerque Jr., 2011) e “nordestino” (Albuquerque Jr., 2013).

Ao questionar os sentidos possíveis em torno da “seca” de acordo com as condições de possibilidade em um dado espaço-tempo, podemos notar as particularidades associadas ao termo quando utilizado pelo agrônomo João de Deus Oliveira Dias (1949). Em suas pesquisas, ele a identifica como um fenômeno natural que impõe o “nomadismo” aos agrupamentos indígenas observados pelos primeiros colonizadores. Ou quando utilizada pelo coronel João Câmara (1933) que, em seu *Almanache* patrocinado pelo Instituto do Ceará, retoma períodos entre os anos 1734-1749 e 1790-1794 do século XVIII para admitir os períodos de escassez hídrica como uma experiência rural em que os penantes eram acobertados pelos fazendeiros a quem prestavam serviços – dinâmica que convencionou-se chamar por “paternalismo”.

Assim, diferente de um desígnio comum e estável, é justo conferirmos como uma palavra pode se tornar diversa em razão das condições de possibilidade que respaldam suas inscrições. Revelam-se, então, como zonas de tensão em que as significações exercidas ficam sensíveis em meio aos fundamentos de suas adaptações contextuais, aos movimentos que as enredam e que com elas são possíveis.

Com especial atenção de Albuquerque Jr. (1998, p. 17), a seca iniciada em 1877, ao ser anunciada como a “grande catástrofe”, conferiu-se como um marcador em que

o termo se redesigna segundo as condições de possibilidade daquele contexto histórico. O pesquisador evidencia que, em termos quantitativos, o número de mortes por desnutrição foi deveras inferior a outros momentos. Contudo, somente a partir dessa situação que a palavra “seca” se tornou objeto de debate recorrente nas Assembleias provinciais.

Ao utilizar textos realizados por grupos políticos, religiosos, artísticos e oligárquicos, Albuquerque Jr. (1998) questiona as produções tomando notas dos fundamentos desse espaço-tempo e desses agentes em que a seca se requalifica como uma “catástrofe” que toma formas e que admite origens diferentes a depender de quem a narra.

Em cada uma das versões discutidas por Albuquerque Jr. (1998), encontramos as relações particulares que diferentes grupos exercem com o espaço-tempo e pelas quais mobilizam sentidos à seca – em especial, a seca de 1877 como um marco histórico. Partilham, assim, vínculos particulares nas textualizações do micro em que atuam com elementos que se articulam ao macro das tensões nacionais e dos fluxos históricos. Como discutem Bruno Leal e Daniel Macêdo (2024), praticam vínculos horizontais e verticais em que os acontecimentos conferem suas multidimensionalidades como catástrofes cotidianas.

A fim de contribuir com as discussões lançadas por Albuquerque Jr. (1998; 2011; 2013) ao problematizar a seca de 1877 como um marco, interessa considerarmos as espacialidades que enredam as relações locais e por onde se conferiam vinculações regionais e nacionais em que a “seca” se formata como dispositivo simbólico.

Para isso, tomo o Ceará como um espaço relevante. Assim, é justo considerarmos três elementos importantes. O primeiro é a ascensão do Ceará à província imperial, tornando Fortaleza como capital em 1799. Para além de um desígnio territorial, elenca de modo complexo um rearranjo das relações sociais com a seca que se dá a ver como um processo articulado ao tempo e às transformações espaciais. O Ceará do charqueado e da cultura do couro, majoritariamente compreendido no bioma que convencionou-se chamar por caatinga, conferiu com o “paternalismo” um modo particular de relações com a seca; que em muito se difere das dinâmicas entre senhorios e senzalas possíveis na cultura canavieira dos territórios úmidos de Pernambuco.

Essa dicotomia – fortemente explorada por Djacir Menezes (2018) ao publicar *O outro Nordeste* discutindo os aspectos sociais em torno do que propõe como uma vida “pastoril” – marca as experiências rurais embasadas na lida com gados e com caprinos em meio à aridez da caatinga como aspectos estruturantes da cultura e da economia do Ceará; que, por sua vez, já não sucumbem as homogeneizações da região que se propunha na obra *O Nordeste*, escrita por Gilberto Freyre (2004).

O segundo item diz respeito ao início das atividades portuárias em Fortaleza, em 1808. A cidade se tornou um dos principais pontos de acesso à Europa, sobretudo à corte britânica com quem as elites cearenses desenvolviam parcerias econômicas (Ipece, 2010; Iplance, 1982) e figurando-a como uma opção promissora para superação das catástrofes atribuídas à seca. Com o burburinho do progresso, relatado por Câmara (1933), a seca de 1844 e 1845 via os primeiros sinais de ruptura com o que chamamos

por “paternalismo” a partir dos sertanejos – ainda que pouco volumosos – que emergiam ao local buscando trabalhos no porto da nova capital.

Já o terceiro refere-se à criação da Estrada de Ferro de Baturité (EFB) em 1871. Com isso, o alargamento das conexões entre os sertões e o porto, ampliando as condições tanto para alcançar o mar em busca do progresso que vinha por ele, como para integrar as obras de construção que modernizariam o Ceará e ampliariam projeções de vida aos sertanejos em detrimento da subsistência conferida pelo “paternalismo”.

Assim, com a ampliação das formas de acessar a capital e com as promessas de emprego decorrentes das obras de infraestrutura, historiadores como Frederico Neves (2005) e Tanísio Vieira (2002) admitem as questões citadas como marcadores importantes para, na seca de 1877 no Ceará, demarcar uma efetiva ruptura dos sertanejos ao modelo de “paternalismo” a partir de ondas migratórias para centros urbanos.

Conforme os três elementos, em meio a quase um século de transformações sociais marcado pela urbanização de Fortaleza, podemos admitir um aspecto fundamental que diferencia a seca de 1877 das anteriores: o intenso fluxo migratório de sertanejos para a capital que, em ruptura com o “paternalismo”, deslocou a seca de 1877 no Ceará de seu pressuposto rural para torná-la visível e sensível nos espaços urbanos.

É na presença de corpos que inscrevem as secas nas ruas de uma cidade embalada sob os signos do progresso que, em Fortaleza, podemos tomar a chegada e a permanência desses perfis como uma “emergência de uma nova visibilidade e dizibilidade”, nos termos de Albuquerque Jr. (2011, p. 34). Com a transitoriedade das condições de possibilidades, o autor admite a confecção de “novos conceitos, novos temas, novos objetos, figuras, imagens que permitem ver e falar de forma diferenciada da forma como se via e se dizia”.

Com as migrações, outras qualidades de relações sociais emergiram com a seca que, por sua vez, tornaram-se possíveis com/a partir da presença de sertanejos nos espaços urbanos. Tais relações ocorrem em, entre outras coisas, palavras empregadas para significar os perfis.

Outra condição, fundamentada pelas migrações, articula-se com as experiências das secas emergentes aos espaços urbanos, produzindo um vocabulário característico; com o qual, ao indagá-lo, encontramos pistas das relações sociais que o fundamentam. Isto é, em diálogo com Michel Foucault (2007), admito que as palavras se constituem como aportes que já não designam uma ocorrência ou substancializam uma coisa, ao passo que se firmam em significações pelas quais o contexto de emprego deixa ver as entramações e as lógicas sociais que a estruturam.

Trata-se de, ao valorizarmos as condições de possibilidades que se dão com o deslocamento de sertanejos na seca de 1877 no Ceará, considerarmos que um conjunto de termos foram criados e que palavras foram redesignadas para afirmar os significados elaborados por meio das relações possíveis nesse espaço-tempo. Afinal, como propõe Albuquerque Jr. (1998, p. 7), as transformações sociais também acontecem no “nível dos enunciados e dos conceitos” que, “embora ligados a uma estrutura social, possuem uma lógica interna” que as permeiam em um dado presente. Entre retirantes e

flagelados, os sertanejos em migrações foram alçados sob palavras que posicionavam corpos diante da seca; ao passo que tais significações nomeadas tornaram-se princípios dos marcos da “grande catástrofe” da seca de 1877.

Para conhecer esse vocabulário e questionar as nomeações atribuídas aos migrantes, realizei um percurso por arquivos, hemerotecas, bibliotecas e coleções reunindo textos que, de modo fragmentários, posicionam-se como testemunhos diante das experiências sociais com a seca e como tomadas de posição conforme das palavras que se empregam. Entre os textos encontrados, opto por trabalhar com os escritos memorialísticos do farmacêutico Rodolpho Teóphilo e com as narrativas do jornalista José do Patrocínio como aportes para localizar o uso social dos termos de acordo com os lugares sociais que esses perfis praticavam. Recorro também a escritas historiográficas que, em suas imersões com textos, contribuem para leituras das condições de possibilidade com as quais se dão tais textualizações.

Importante ressaltar que considero “texto” nos termos elaborados por Bruno Leal (2018) em que, diferente de aportes conclusivos, constituem-se como articulações das textualidades nas quais os contextos e as agências exercidas tornam-se visíveis. Em detrimento de estruturas verborrágicas, urgem como elaborações com as quais significações podem ser manejadas sem uma necessária presunção da forma – ainda que esta importe nas experiências com os textos.

Nesse sentido, podemos considerar que todo texto é um testemunho das operações performativas de sua própria textualização; visto que, ao encontrá-los, somos também chamados a testemunhar esse momento a partir dos significados que elaboramos aos acontecimentos. Em diálogo com Selligmann-Silva (2022, p. 131), considero que “o testemunho impõe uma crítica da postura que reduz o mundo ao verbo, assim como solicita uma reflexão sobre os limites e modos de representação”. Por isso, interpelar as palavras é um gesto para conferir as tensões e as implicações nas relações com a seca que se ligam ao vocabulário construído com ela.

Determinadas palavras alçam a envergaduras particulares que testemunham as dinâmicas sociais de um dado contexto sócio-histórico. *Entre retirantes e flagelados*, termos interpelados ao longo deste texto, apontam qualidades distintas aos *sertanejos* que passam a figurar os cenários urbanos, conferindo presenças que ganham formas nas ruas, nas ações políticas e, ainda, no vocabulário. Diferente de significados estáveis, são como processos que as palavras podem ser vertidas como testemunhos das relações sociais com a seca em que, nesse exercício entre vocabulários, também me ponho a testemunhar esta história – com as contradições que me são próprias a envolver-me em leituras de textos e indagações às palavras.

É nesse ato duplo que – como uma experimentação metodológica em textualidades midiáticas com base nas proposições reunidas por Bruno Martins *et al.* (2019) – este trabalho volta-se a práticas de leituras dos textos a fim de questionar os usos das palavras para narrar a presença de sertanejos nos centros urbanos ao tomá-las como testemunhos das relações sociais exercidas com a seca. A fim de, com elas, constituir meus próprios testemunhos no exercício de escrita ao articular uma história a partir das conflitualidades frente às palavras lidas, interpeladas e escritas.

Testemunhando palavras, mirando vocabulários das secas

O imaginário de progresso urbano, aliado às promessas de emprego em obras de infraestrutura nacional, deslocou a seca de 1877 do “mundo dos fazendeiros” para as ruas de Fortaleza, como discute o historiador Frederico Neves (2005, p. 117) ao identificar que os sertanejos eram tidos como sujeitos estranhos na cidade. Naquele período, a população da capital saiu de 30.372 habitantes e ultrapassou a marca de 100 mil com a chegada das pessoas que ali aportavam, como observa Tanísio Vieira (2002) em investigações historiográficas sobre as transformações urbanas da cidade.

A chegada expressiva de sertanejos nas capitais colocava em desassossego tanto a vida que fora construída pelas famílias urbanas da capital; quanto o projeto moderno de cidade conectada à Europa que construía. Afinal, “as ruas ocupadas por uma multidão de pedintes andrajosos, a perambular pelas casas e praças, em busca de ajuda, de esmolas e alimentos, davam a sensação de uma cidade ocupada”, constata Neves (2000a, p. 72) ao discutir os incômodos dos cidadãos com essa presença tida como “inoportuna”.

A seca de 1877 e os processos de ocupação da cidade foram narrados pelo farmacêutico Rodolpho Teóphilo a partir das relações que nutria com migrantes ao atuar em frentes de assistência humanitária. Em meio a tempos epidêmicos de varíola, o sanitarista ficou conhecido por adentrar os espaços ocupados pelos pobres e vaciná-los a fim de reduzir a mortalidade e de ampliar as – escassas – condições de vida.

Ao circular em meio aos famintos, munido de um diário, Teóphilo era um homem letrado que via a cidade ao relacionar-se com os retirantes e que anotava o que observava, conferindo testemunhos sobre tais encontros. Os escritos de Teóphilo (1901; 1922), de caráter memorialísticos, são referências clássicas ao se formatarem como apontamentos dos entendimentos recorrentes acerca da seca em meio à aristocracia da capital. Em seus textos, encontramos pistas sobre os debates que circulavam na capital e sobre os aspectos morais que permeiam conflitos inerentes à ocupação urbana e às lógicas de convivialidade naquele período sob o ponto de vista de um perfil tinha na escrita uma forma de atuação política.

Figura 1 – Rodolpho Teóphilo em vacinação no Morro do Moinho



Fonte: Arquivo Nirez

O que configura a identidade do sertanejo, para Rodolpho Teóphilo (1922), é a articulação entre corpos e experiências rurais. Trata-se de um “*homem do campo no campo*” que constitui práticas culturais a partir do mundo de sentidos que lhe é possível nos ciclos comunitários com a terra e com o pastoril e, destacando aspectos de resiliência, é tido como um perfil bondoso a quem a seca e a cidade corrompem.

O *sertão* não é, nos apontamentos de Teóphilo, um território preciso; mas uma espacialidade marcada pela vida rural que configura um modo particular de ser e de viver. Nesse rumo, articula-se às proposições de Albuquerque Jr. (2011, p. 67), ao conferir a existência de percepções do sertão como um “lugar onde a nacionalidade se esconde, livre das influências estrangeiras” e um abrigo de um certo modo de vida que “é muito mais um espaço substancial, emocional; do que um recorte territorial preciso”.

A palavra *sertanejo* está intimamente ligada à vida no sertão e, com a ruptura dessa relação com o espaço a partir das migrações, o *homem do campo na cidade* pedia um novo termo. Já não podiam ser sertanejos, dado que já não habitavam no sertão; ao passo em que, marcados pela estranheza que produziam ao mobilizar signos atribuídos ao mundo rural no espaço urbano, passaram a ser chamados de *retirantes*.

A alcunha *retirante* surge, para além da afirmação do êxodo, como um apontamento sobre a despartença daquele corpo e das práticas que realiza ao admitido no espaço urbano. Ao se fazer parte de Fortaleza a partir das latrinas, ante a impossibilidade de permanecer no sertão, retirantes tanto tensionam as sociabilidades angariadas pelo projeto moderno de cidade; quanto são por elas tensionadas, desmontando o ideário atribuído ao sertanejo para constituir outros modos de viver por meio das experiências com a cidade.

A despartença desses corpos afetados pela cultura urbana – ao passo que é delas constituinte – “contaminou” os sertanejos ao tornarem-se *retirantes*. Para Teóphilo (1922, p. 365), “entre essa onda maltrapilha vomitada pela miséria, se encontrava em muito pequena escala a pureza dos costumes, a honestidade e a gratidão”. Isto é, à medida que o termo retirante qualifica a condição do sertanejo na capital, do *homem do campo na cidade*, admite-se que as qualidades das adesões e rupturas dessas experiências são variáveis; podendo existir retirantes que mantêm os valores associados aos sertões – sendo este um ato de resistência – e outros que foram maculados pela seca.

Ao constatar a dificuldade de encontrar esses primeiros perfis, Teóphilo (1922, p. 365) identifica que os maculados se viam por todas as partes apontando que “o vício parecia ter contaminado todos os famintos. Viam-se em todas as idades criaturas pervertidas”. A contaminação indicada por Teóphilo (1922) aponta que *sertanejos* aprenderam, nos cruzos com a cidade e com a miséria, uma sociabilidade que já existia nas vielas de Fortaleza, mas que não era tida como “natural” aos homens do campo.

O *retirante*, assim, difere-se do *flagelado* nos escritos de Teóphilo (1901; 1922). Enquanto o primeiro diz sobre a condição de despartença; o segundo refere-se às rupturas com as pactuações morais pelos sujeitos ao serem assolados pela catástrofe da seca que, sob viés determinista, é sinalizada como capaz de corromper os corações puros e a bondade humana.

O *flagelado*, ao marcar no/com o corpo os signos de decadência moral do *sertanejo*, é uma palavra que forja uma percepção sobre a seca à medida que a presença catastrófica desses corpos no espaço urbano firmava-se como um componente estranho da modernização, como um problema revelado com a outridade desse desígnio. Ao mirar o ano de 1877 como um marco, Albuquerque Jr. (1995, p. 112) propunha que a invenção da seca buscava denunciar “a decadência deste espaço e a necessidade de se voltar os olhos do Estado e para resolver ‘o seu problema’”. Com os escritos de Teóphilo, noto que o *flagelado* é uma palavra forjada no esforço de incorporar a decadência atribuída aos *retirantes* que não coadunavam aos pressupostos morais imaginados para a cidade.

Os apontamentos de Teóphilo (1901, 1922), textualizados conforme as sensibilidades ao caminhar por Fortaleza, eram duvidados pelos habitantes da Guanabara, sede do Império. Ainda que os horrores da seca fossem narrados no Parlamento e que as afirmações realizadas pelos representantes do Norte circulassem nos jornais. Tais anotações constituíam-se como objeto de disputa em torno dos recursos da Coroa.

No sentido de construir uma imagem para criar um marcador da seca de 1877, Albuquerque Jr. (1995, p. 117) chama a atenção para o papel exercido pela imprensa que, em sua avaliação, contribuiu “para demonstrar à própria elite nortista que a seca era um tema capaz de mobilizar a opinião pública não só das províncias por ela diretamente afetada, como de todo o país”.

Entre as narrativas jornalísticas sobre *retirantes e flagelados*, interessam-me as elaborações realizadas por José do Patrocínio. Ele acompanhava as discussões no Parlamento sobre o tema e, com os fortes questionamentos sobre a veracidade sobre a seca de 1877, foi enviado pelo *Jornal Gazeta de Notícias* numa incursão para testemunhar o que se dizia sobre os flagelos da seca na região.

Tais escritos, intitulados como “Viagem ao Norte”, são considerados ao longo desta pesquisa como um esforço de conferência das histórias pelas quais admite-se um lugar decisivo ao jornalista para afirmação sobre a dinâmica das capitais frente ao que era debatido no Parlamento. A experiência de Patrocínio textualizou-se em produções diversas, a exemplo do livro *Os Retirantes* e de outras obras literárias que foram exploradas por Neves (2007). Quero, aqui, deter-me nas produções jornalísticas considerando o peso político que elas exerceram, ainda em 1877, na confecção do imaginário sobre a seca com base no confronto do jornalista com os *flagelados* em Fortaleza.

Partindo das incursões com tais publicações em outros trabalhos em que discutimos as narrativas elaboradas nas colunas de jornais, podemos notar que Patrocínio traça suas textualizações segundo o encontro com os perfis que julga estranhos ao espaço urbano. Isto é, conforme as experiências com as imagens cotidianas da cidade neutra, Patrocínio escreve em sua coluna sobre as prostitutas, os famintos, os pedintes e outras figuras como *flagelados* pela seca e pelas quais testemunhava seu estranhamento com a presença desses perfis nas cidades portuárias.

Entre os raros registros visuais dos *flagelados*, estão as fotografias realizadas em Fortaleza por Joaquim Antônio Correia em trabalho conjunto com José do Patrocínio. Em carte-de-visite, perfis selecionados das ruas foram montados em estúdios a fim de elaborar uma narrativa visual que, com o realismo das fotografias como discutem Macêdo, Sales e Santana (2024), tornassem críveis as pestilências desolantes da cidade de Fortaleza que se inscreviam na presença daqueles corpos.

Figura 2 - Carte-de-visite "Secca de 1877/78"



Fonte: Brasileira Fotográfica/Arquivo Nacional

A montagem dos corpos moribundos com legendas que articulam aspectos do horror, da fome, da miséria e dos abandonos às moralidades constituem, nessa narrativa visual, aportes para o que a obra reitera por *flagelados*: figuras corrompidas pela seca em situação de sobrevida e maculadas pela fome. A produção cumpriu papel importante ao incitar modos de imaginar os flagelos da seca e, com isso, a "contaminação" da bondade pelas vicissitudes e pelos males que urgem com a miséria. Com as imagens, produzidas em duplo tomo para serem enviadas ao *Jornal Gazeta de Notícias* e ao Imperador como uma cobrança política para tomada de posições diante dessas fotografias, Macêdo, Sales e Santana (2024) discutem a proposição de significações "monstruosas" aos migrantes a partir da montagem de tais narrativas.

As narrativas de Patrocínio, ao circularem em jornais, articulam-se como parte das imagens que compõem o primeiro contato com a região para muitos brasileiros naquele período. Como argumenta Albuquerque Jr. (2017, p. 234), a:

longínqua e abstrata materialidade do que era designado pelo conceito *seca do Ceará* ganha, nas imagens de textos jornalísticos e nas fotografias que os acompanha, uma figurabilidade, uma encarnação, uma dizibilidade e uma visibilidade" que o pesquisador considera serem "decisivas para a construção do agregado sensível e significativo chamado *seca*.

Contra os *flagelados*, ao serem despidos dos valores morais atribuídos aos sertanejos para encarnarem as práticas tidas como pervertidas na capital, recaiu o julgo de homens como Teóphilo (1901; 1922), que lhes destituem a humanidade, que os tomam figuras animais; e de jornalistas como José do Patrocínio que, ao tomá-los

como corrompidos pela seca, julga os *retirantes* e propõe contornos para os imaginários sobre a seca e sobre a cidade a partir dos *flagelados* que narra.

As percepções morais de ambos são testemunhos importantes para conferirmos como a chegada dos *flagelados* em bandos no decorrer de 1877 espalhavam estranhamentos entre os *cidadãos*, pois imaginavam “que os retirantes, em desespero, atacassem as propriedades, as casas e os estabelecimentos comerciais em busca de comida, para satisfazer sua fome animal e biológica, e, embriagados pela violência desencadeada, destruíssem o próprio tecido social”, como aponta Frederico Neves (2005, p. 119).

Os *retirantes*, tidos como *estranhos*, também *estranhavam* a cidade portuária e construía, a partir das tensões com tais paragens, sociabilidades singulares a partir dos modos de (vi)ver em Fortaleza. Os moradores da capital também produziram alterações nos ritos cotidianos com o contato com os *flagelados* que transitavam nas ruas. O confronto com “pobres, famintos e doentes, no mais grave estágio em que ainda é possível sobreviver” afetou “profundamente a vida dos habitantes da capital”, qualifica Neves (2005, p. 114).

O projeto de uma cidade uniformizada pela moral colonial confrontava-se com os modos diversos de praticar a cidade que insurgiam nos corpos e nas práticas dos *retirantes*. Sob o argumento de retomar a cidade ocupada pelos *flagelados* e avançar nos planos de modernização, as elites em aliança com o regime imperial empreenderam duas medidas combinadas: o desmonte das aglomerações no centro da cidade e o envio dos retirantes para postos de trabalho em obras de infraestrutura.

No que diz respeito à primeira, os retirantes foram manejados para áreas que Rodolfo Teóphilo (1922, p. 1000) classifica como “inadequadas” por estarem a “barlavento da cidade”. Localizadas no entorno da capital, os espaços reuniam os *flagelados* em barracas dispersas sob as árvores facilitando a disponibilização das políticas sanitárias, das iniciativas de caridade e das convocatórias ao trabalho. Afinal, ainda que as obras fossem retomadas, o número de migrantes reunidos era superior ao que as iniciativas conseguiam comportar e nem todos se dispunham ao trabalho em razão das sequelas físicas e das condições clínicas que encarnavam. A esses lugares de amontoamento conferiu-se o nome de *abarracamentos*.

Já a segunda, com obras viabilizadas com a ampliação de recursos da Coroa, foi possível com a incidência política das classes dominantes do Norte que tinham na seca de 1877 “um tema que sensibiliza nacionalmente”. A esse respeito, Albuquerque Jr. (1998) discute os esforços realizados para “politizar a seca colocando-a no centro das atenções, sobrepô-la a qualquer outro problema da região, tornando-a a saída e a fórmula para carrear recursos para a região”. Com isso, angariar recursos; que, por sua vez, voltavam-se à realização das obras do *progresso* e que salvariam os *flagelados* a partir do trabalho – dado que, como aponta Neves (2000b), o trabalho era tido como uma prática moralizante naquele período.

A combinação entre a higienização social do centro da capital a partir dos *abarracamentos* com a oferta de trabalhos conferiu, para Neves (2013, p. 70, grifo do autor), o modo como as elites desenvolveram uma política de assistência “absorvendo uma

população desvalida e enfraquecida, cujo esforço até a morte foi empregado na construção de uma infraestrutura para o *progresso*". A adesão dos *retirantes* a essa dinâmica que os vertia em *trabalhadores* era recompensada pelo sistema de pagadorias que, ora em dinheiro, ora em víveres, retribuíam o esforço que realizavam.

As pagadorias eram um sistema desregulado em que, frequentemente, as retribuições aos trabalhadores eram faltosas. Ao pesquisar as ações coletivas de *retirantes* durante períodos de estiagem, Neves (2000; 2005, p. 123) identifica que a ausência dos retornos prometidos em troca do trabalho eram "foco permanente de insatisfação e conflitos" a partir de atos de contestação e de insurgência ante o atraso de pagamentos. Os levantes dos trabalhadores, por sua vez, eram fortemente reprimidos e "rara era a prisão effectuada pela cavalaria ou infantaria que não produzisse um assassinato", como depõe Teóphilo (1922, p. 225).

A insubmissão dos *retirantes* à servidão das pagadorias era tida como um aspecto *flagelado* à medida que conferia uma recusa aos processos civilizatórios atribuídos ao trabalho. Com a recusa ao trabalho em aliança às práticas de banditismo, forja-se o termo *cangaceiro* para designar os aderentes aos "bandos que atacam os potentados locais" em saques e roubos de itens variados que lhes ofereciam condições de sobrevivência, dos quais Albuquerque Jr. (1998, p. 72) destaca "gados" e "água". O cangaceiro, então, é um *retirante* que, apesar do abandono à moralidade que seria conferida aos *flagelados*, é diferenciado por outro desígnio em razão da performance que desenvolvia na cena pública ao se anunciar como um violador das regulações civis.

Em 1884, o Ceará já possuía mais de 45% das cidades sem escravos em razão das altas políticas de taxação que recaíam sobre os fazendeiros aderentes ao regime e, ainda naquele ano, foi oficializada a libertação dos escravos na província. Para o historiador Paulo Martins (2012, p. 38), a medida é um demonstrativo importantes do peso político dos movimentos abolicionistas naquele período. Já Gilberto Freyre (2004) considera que o fim "abrupto" estava ligado ao declínio da produção na região, reconhecendo que a seca de 1877 contribuiu para acelerar a abolição.

Ainda que liberados nos termos da lei, o livre trânsito de retirantes à capital não era visto com bons olhos. Nas primeiras sessões da Assembleia Legislativa do Ceará de 1883, antes mesmo da libertação, o presidente do Estado (Estado do Ceará, 1883, p. 14) já colocava em questão que cearenses não cessam de "abusar da liberdade de migrar" abandonando os "productos da diminuta lavoura [...] sendo em pura perda o plantio". A migração, anunciada pelo Estado como uma catástrofe da seca, é tomada como um processo que se tornou cotidiano desde a *seca de 1877* e constitui parte importante dos argumentos para angariar recursos específicos para lidar com as "*vítimas do flagelo*" como aponta Freyre (2004).

A ampliação de recursos para lidar com o problema da seca no Norte era empregada na ampliação das obras de infraestrutura urbana viabilizadas com a intensifica-

ção da chegada de *retirantes* à Fortaleza em 1888. Com as novas hordas de retirantes, construía-se a sensação para Rodolpho Teóphilo (1901, p. 141) de que a cidade estava “completamente sitiada por uma coluna de famintos maltrapilhos” e, com eles, as sociabilidades que erguiam as demarcações das diferenças e das (des)pertenças. Assim como em 1877, nas experiências seguintes de migrações, aplicava-se o modelo do isolamento desses perfis nas zonas de *abarracamentos* aliado ao trabalho por pagadorias.

Os que não conseguiam postos de trabalhos e se tornavam *flagelados* insistiam pelas ruas em romarias com outros famintos a praticarem atos de mendicância ou eram confinados nos abarracamentos em áreas despovoadas no entorno da capital. Este último cenário não era, necessariamente, uma situação segura, pois “seductores que infestavam a deshoras aos abarracamentos prostituindo até creanças de dez anos” – como denunciara Teóphilo (1922, p. 124) ao ilustrar um dos casos de violência apontados como cotidianos. Os atos de inconformidade com os preceitos morais de uma elite católica, ao se integrarem ao espaço urbano, permitiam a emergência de imagens em que Fortaleza “não parecia uma cidade civilizada e cristã, parecia uma terra de bárbaros” (Teóphilo, 1901, p. 80, grifos meus).

Flagelados eram, para a aristocracia cearense, segundo Teóphilo (1901), figuras bárbaras. Deles, retirava-se a condição humana à medida que desfiguravam a moral católica e os costumes orientados pela cultura elitista da corte e dos sujeitos donatários do poder. O objetivo seria, em conjunto, reafirmar os elementos que atribuiriam humanidade a uma pessoa, que agradeceriam o direito de integrar o devir prometido pelo progresso da capital.

Os *flagelados* eram tidos como “ociosos” e “imorais”. Esses prenúncios tanto os distanciavam dos moradores de Fortaleza, quanto do progresso que estes últimos advogavam para si e para o território em face ao futuro que desejavam. Os *retirantes* partilhavam, em alguma medida, com a adesão ao trabalho por conta das promessas por melhores condições de vida.

A ingrata contradição ao expelir das ruas os corpos que a edificam é uma marca importante para pensarmos o encontro entre perfis urbanos e camponeses na urbe e pela qual podemos, retomando os escritos de Neves (2005), conferir a condição (in) desejada da presença desses perfis na cidade. A *Belle Époque*, como experiência social e estética vivida na Europa daquele período, ornava os projetos para aformoseamento de Fortaleza que queria ser uma “Paris tropical” (Neves, 1993).

Figura 3 – Fortaleza no início do século XX



Fonte: Arquivo Nirez

A condição animalesca atribuída aos *flagelados* pelos *civilizados* os impedia de aprender os costumes da capital. Rodolpho Teóphilo (1982, p. 82) expressa a insatisfação ao propor que “exigir destes mestiços – seres inferiores pela raça, pela falta de educação doméstica e cívica, criados na satisfação de sua índole má e péssimos instintos, na prática de atos reprovados – ações nobres é a maior das infabilidades” e que tais perfis já não conseguiriam alçar postos dignos da vida em Fortaleza diante de sua condição bárbara. Isto é, para ele, uma defesa de que as máculas da seca em que os retirantes viravam *flagelados* os impediria de se tornarem cidadãos e os condicionava à *barbárie*.

Textualidades das palavras

Ao retomar essas textualizações indagando as palavras em face ao contexto em que foram formuladas, destacam-se as relações com a seca e com os corpos migrantes nas ruas de Fortaleza a partir das condições de possibilidade de 1877. A invenção das palavras *retirantes* e *flagelados* para designar migrantes não é um dado por si só, mas uma emergência em que as significações sobre a presença de corpos outros e sobre os estranhamentos da vida cotidiana alçaram o lugar de particularidade que demandaram a criação de outros desígnios. Por um lado, revelam a insuficiência dos termos pré-existentes para descrever o que se vive; por outro, admitem a criatividade com a qual se criam palavras para conceituar o que se vive.

Com essas palavras, nos textos tomados como testemunhos em que exercícios de poderes para nomear as pessoas e os processos sociais tornam-se sensíveis, encontramos pistas para mirar os dissensos em que os planos para aportar um pedaço do além-mar nas paragens litorâneas viam-se contrastados pela presença de migrantes que encarnavam a penúria das terras secas que a modernização do Ceará rejeitava. Tidos como animais, como bestas-feras a quem a seca destituiu a humanidade e a bon-

dade inerente ao homem do campo, a pobreza anunciada pelos *retirantes* desde 1877 e a barbárie dos *flagelados* eram as catástrofes que as elites da capital buscavam evitar ao transpor, em Fortaleza, um pedaço do mundo civilizado.

Assim, ao designar os migrantes sob tais termos, as palavras inventam-se como elaborações imagéticas que aportam tanto as máculas da seca sob os sertanejos, quanto as despertenças dos *retirantes* e dos *flagelados* aos espaços urbanos – admitindo-os apenas como construtores, como sujeitos isolados nos abarracamentos. São palavras que estão intimamente ligadas com a formulação da seca de 1877 como um marco, revelando os corpos dos *sertanejos* no espaço urbano como um elemento estranho, como uma presença que demanda significação para aportar sua despertença. Interessa-me, pois, considerar que são palavras articuladas a construção de uma imagem da região como uma “miserável, sofrida e pedinte” – como aponta Albuquerque Jr. (2011, p. 72) ao discutir a invenção da seca como um artefato de uso político.

Como marco das formulações em tese, Albuquerque Jr. (2011, p. 35) defende que “devemos tomar as relações espaciais como relações políticas”. Com isso, busca desnaturalizar enunciações a fim de analisá-las como processo em disputa de sentidos. Assim, diferente de um dado estável e único, essas palavras nos permitem ver as condições de possibilidades em que se constituem. Com isso, admite-se o caráter movediço das conceituações aos termos em razão do espaço-tempo em que se ancoram.

A palavra, ao alçar o lugar de conceito, “é uma heterogeneidade, é uma multiplicidade de tempos e de imagens, é produto da articulação e da sedimentação de camadas de sentidos, de afetos e de percepções, é uma criação heteróclita quanto aos tempos e aos elementos que o compõem” (Albuquerque Jr., 2017, p. 227). Desse modo, indagá-la a partir das condições que a situam é um gesto para conhecermos as historicidades que as fundamentam.

Diversos sentidos coexistem aos termos *retirante* e *flagelado* em meio ao espaço-tempo em que são enunciados; ao passo em que, com eles, articulam-se repertórios particulares que dizem de suas trajetórias em razão do uso social. Importa, pois, além de considerarmos os significados propostos, questionar essas palavras em razão da textualização e das condições de possibilidade que fundamentam os escritos realizados por Rodolpho Teóphilo e por José do Patrocínio. Para isso, é relevante notarmos dois aspectos: o primeiro é que se tratam de homens letrados e que exercem, com a escrita, exercícios políticos; o segundo é que são homens que, de modos distintos, vocalizam opiniões correspondentes aos circuitos sociais em que transitam.

Ainda que as formulações empregadas por ambos articulem-se de modos semelhantes ao revelarem a despertença dos sertanejos ao espaço urbano, é justo notar que são deveras peculiares. Rodolpho Teóphilo (1982, p. 82), como um filho da aristocracia, narra os estranhamentos com a presença dos flagelados na capital e expressa, com esses termos, a insatisfação ao tomá-los como “mestiços” e como “seres inferiores” para, diante de sua pretensa condição bárbara, negar-lhes postos dignos da vida em Fortaleza. Enquanto José do Patrocínio, como um militante abolicionista, elaborava tais palavras como aportes para, nas figurações monstruosas que propunha, convencer

das penúrias vividas no Norte e tensionar politicamente pela ampliação de recursos para região.

Tratam-se, em ambos os casos, de significações aos corpos em que as relações com a seca e com os migrantes tornam-se visíveis em Teóphilo e Patrocínio. Outras agências admitirão outras significações que, de modo conflitivo, exerceram poderes distintos em meios as tensões para conceituar essas palavras. Tomo as duas percepções, em meio aos contextos históricos em que os textos se produzem, como um gesto em diálogo com Foucault (2007) e com Albuquerque Jr. (2011, p. 43) para pensarmos as palavras como uma “trama” da história que estão sempre incompletas e dispostas ao labor de quem com ela se relaciona.

É pela trama mobilizada por esses agentes, em seus usos particulares, que o emprego de *retirantes* e *flagelados* se torna sensível como atos classificatórios que buscavam produzir tipos humanos. Sejam nos relatos genéricos de Theóphilo que conferem as rupturas frente à moralidade católica como um ato indiscriminado a qualquer *flagelado*, sejam nas fotografias de Patrocínio e Correa em que corpos genéricos são destituídos de suas biografias para figurarem como histórias que acometem a todos os *retirantes*; o emprego dos termos incorrem em homogeneizações para designar um conjunto social sob perfilamentos que, resguardadas as particularidades já discutidas, ressaltam sua des pertinência ao projeto moderno.

Constituem, em suas generalizações, um “estereótipo”. Se considerarmos a proposição de Albuquerque Jr. (2011, p. 30) em que o termo designa uma “caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome das semelhanças superficiais do grupo”. De modo especial, por meio das textualidades que emergem ao questionar as palavras, são como “políticas identitárias” que elas se testemunham.

Se, em diálogo com Selligmann-Silva (2022, p. 17), considerarmos as firmas com as quais esses escritores se propuseram a delinear tipos particulares de existência social demarcando comunidades imaginadas em torno de palavras. Parece-me que esses termos, nos textos, constituíram-se em meio às condições de possibilidades da seca de 1877 como exercícios de “design do rosto de uma comunidade”. Para Selligmann-Silva (2022, p. 29), constituem-se como aparelhos de produção de identidades e como instrumentalizações na produção de imagens que engessam povos e nações.

Ao atribuir *sertanejos*, *retirantes* e *flagelados* como tipos humanos, observamos nos textos não são os perfis a quem os termos buscam designar, mas as afirmações sobre os *civilizados* em diferença aos outros – e, assim como tenho aqui argumentado, as relações sociais com a seca que permitem tais desígnios. São os sujeitos civilizados, são as ruas da capital inspiradas em Paris que se afirmam em diferença aos perfis tidos como bárbaros a quem o projeto de modernidade não acolhe. Na afirmação de des pertinência desses perfis ao espaço urbano, são os signos do homem urbano e do sujeito digno à cidade que se revelam. São, pois, afirmações da norma que as outridades nos deixam ver – como pensava Rita Segato (2007) ao questionar os desígnios pátrios.

Notas inconclusivas dos testemunhos da seca

Pensar a *seca* por meio das palavras estruturadas em relações que com ela são nutridas parece-me uma forma potente de conferi-la em seus aspectos sociais – como nos incita Djacir Menezes (2018) ao desnaturalizar o termo das dimensões naturalistas e deterministas da geografia para, em outras miradas, questionar as relações políticas que a fundamentam. Nesse sentido, Menezes (2018) e Freyre (2004) se encontram: a seca já não finda na escassez hídrica e se desnivela nas conexões políticas que a constituem.

Partindo das considerações de Freyre (2004) que admite, nas “consequências morais e sociais” da seca de 1877, os fundamentos para elaborar o que veio a se convencionar como Nordeste, importa considerarmos os desígnios aos *retirantes* e aos *flagelados* como elaborações sociais das relações com a seca em que as aparentes “consequências” tornam-se visíveis a partir das rupturas ao projeto de civilidade angariado pelo catolicismo e pela modernidade.

A invenção do *Nordeste*, estabelecido com a seca de 1877, demanda, então, considerarmos as migrações de *sertanejos* e as proposições sobre *retirantes* e *flagelados*. Com estes últimos, admite-se um vocabulário particular em que tais termos se inserem e se enredam com outras palavras que constituem demarcações referenciais para formulação das particularidades que constituíram a região em símbolos e em imagens. Trata-se de admitirmos, assim como Albuquerque Jr. (1995, p. 111), que “ao se falar em ‘seca do Norte’ ou ‘seca do Nordeste’, não se está falando de qualquer estiagem, mas de um objeto imagético cujas imagens e significações variam ao longo do tempo e conforme o embate de forças que a toma como objeto de saber”.

Já não basta, pois, reconhecer que o *Nordeste* é “filho das secas, que é produto-imagético discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a grande *seca de 1877* veio coloca-la como o problema mais importante desta área” (Albuquerque Jr., 2011, p. 81). Importa – ao reconhecermos que “o uso cotidiano das palavras faz com que as naturalizemos” (Albuquerque Jr., 2017, p. 226) – questioná-las a fim de estranhá-las e, com isso, complexificar as imagens que nos são propostas a partir dos termos que as fundamentam e que as propõem.

Mais do que dizer do *Nordeste* como uma criação fundamentada pela seca, mirar as palavras e as condições de possibilidade que as constituem com os textos tem sido a prática que empenho para visualizar outros contornos a partir das historicidades que se engendram quando a elas admite-se materialidade significativa.

Como uma catástrofe cotidiana, questionar as palavras é uma forma de “dar fé” (Leal; Macêdo, 2024) aos repertórios de significados que, com elas, abrigam-se, mobilizam-se por meio dos textos. Trata-se de admitir que as palavras são movediças em suas significações e, com nossos olhares que instabilizam os termos, valorizar o que há de contextual que as elaboram em conjunto com as textualidades que a manejam.

Essa demarcação é, pois, um reconhecimento que o exercício não nos permite definir *retirantes* e *flagelados* como categorias, como tipos humanos. Por outro viés,

convoca a praticar uma “história das práticas e enunciados” (Albuquerque Jr., 2011, p. 37) em que, de modos combinados, as agências e as palavras delas decorrentes conformam determinadas visibilidades por meio das linguagens.

Entre *retirantes* e *flagelados*, empenhei-me em mirar as palavras admitindo as historicidades que, com elas, enredam-se quando são mobilizadas como atribuições de qualidades a determinados corpos, a perfis específicos sob condições de possibilidades situadas. Existem, pois, outras significações possíveis quando tais palavras surgem em outros textos, em outros tempos. Questioná-las em conjunto as textualidades que as suportam nos permite, aqui, posicionarmos as palavras como objeto de tensão constante em que exercícios de poderes flexionam-se de modos desiguais para designar o mundo que nos envolve.

Não podemos deixar de notar que nomeações aos migrantes produzidas fora dos circuitos aristocráticos, por outras mãos que não as de homem legitimados a esse ofício, tornaram-se inacessíveis no percurso de pesquisa. Observar as textualidades é considerar que, na textualização dessas palavras, abrigam-se disputas de sentidos sobre os migrantes na *seca de 1877*. Teóphilo e Patrocínio eram agentes privilegiados ante às mulheres – que sequer podiam escrever publicamente – e frente aos recém-chegados na capital – que desconheciam a escrita.

Conferir as textualidades e questionar as palavras é, então, um gesto para valorizar as dimensões de significados que as dissociam de sinônimos. Tomar retirantes e flagelados como equivalentes é suplantar a historicidade que se articula com os termos. Se, por vezes, os termos surgem como sinônimos em escritas contemporâneas; é justo notar que, a partir de suas figurações como vocabulários emergentes com a seca, abrigam um conjunto de significações. Por um lado, permitem considerá-las como testemunhas de um espaço-tempo e das relações que, com ele, exercem-se; por outro, conferir as mutabilidades possíveis. Em que pese a transitoriedade dos usos sociais dessas palavras com o tempo, lançar indagações aos termos e localizá-las a partir dos sentidos que se propõem é uma via para reconhecermos que são movediças e questionarmos o que, com elas, é possível em um dado espaço-tempo.

A catástrofe da seca é, nas produções de Patrocínio e de Teóphilo, a presença do corpo *sertanejo* e das práticas que se realizam destituindo e desmontando o ideário moderno atribuído às cidades. É nessa dimensão que retirantes e flagelados são termos elaborados como testemunhas da seca, como termos catastróficos que surgem para atender à demanda dos homens da escrita para nomear aqueles perfis que lhes eram tidos como estranhos, como despertcentes na urbe. São, por fim, parte de um vocabulário conflitivo em que as relações com a seca dão-se a ver em suas condições de possibilidade.

Referências

ALBUQUERQUE JR., Durval. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JR., Durval. As imagens retirantes: a constituição da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e do início do século XX. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 33, n. 61, p. 225-251, jan./abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-87752017000100010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/JVJF8gfD7f8SHFHB-vX9twjm/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2024.

ALBUQUERQUE JR., Durval. **Falas de angústia e de astúcia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução**. 1998. 435f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

ALBUQUERQUE JR., Durval. **Nordestino – invenção do falo: uma história do gênero masculino**. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALBUQUERQUE JR., Durval. **Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 28, p. 111-120, 1995.

CÂMARA, João. **Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado Ceará para o ano de 1932**. Fortaleza: Est. Gráfico Urania, 1933.

DIAS, João de Deus Oliveira. **O Problema Social das Secas em Pernambuco**. Recife, 1949.

ESTADO DO CEARÁ. **Mensagem do Presidente do Estado Tenente Coronel Dr. José Freire Bezerril Fontenelle à Assembléa Legislativa do Ceará em sua 2ª sessão ordinária da 1ª Legislatura**. Fortaleza: Typografia da República, 1883.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: uma Arqueologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FREYRE, Gilberto. **O Nordeste**. São Paulo: Global Editora, 2004.

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Formação do Território e Evolução Político-Administrativa do Ceará: A Questão dos Limites Municipais**. Fortaleza: Ipece, 2010.

IPLANCE – Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará. **Macrocefalia de Fortaleza: suas raízes**. Fortaleza: Iplance, 1982.

LEAL, Bruno. Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação. In: LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto; ALZAMORA, Geane (Orgs.). **Textualidades midiáticas**. Belo Horizonte: PPGCom UFMG, 2018.

LEAL, Bruno; MACÊDO, Daniel. "Dar fé" à catástrofe cotidiana: a multidimensionalidade dos acontecimentos. **E-Compós**, v. 27, 2024. DOI: <https://doi.org/10.30962/ec.2680>. Disponível em: <https://e-compos.emnuvens.com.br/e-compos/article/view/2680>. Acesso em: 10 set. 2024.

MACÊDO, Daniel; SANTANNA, Caroline; ALVES, Poliana. Mirando montagens nas encarnações da Secca de 1877/78 em fotografias de corpos flagelados. **Revista Eco-Pós**, v. 27, n. 1, 2024.

MARTINS, Bruno et al. **Experiências metodológicas em textualidades midiáticas**. Belo Horizonte: Relicário, 2019.

MARTINS, Paulo Henrique. **Escravidão, abolição e pós-abolição no Ceará**: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no sertão cearense. 2012. 128f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2012.

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste**: formação social do Nordeste pastoril. 3. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2018.

NEVES, Berenice. **Engenheiro e a província**: Adolfo Herbster e o Ceará na segunda metade do século XIX. Fortaleza: Biblioteca Carlos Studart do Museu do Ceará, 1993.

NEVES, Frederico. A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará. **Tempo**, Dossiê: Cidadania e Pobreza, v. 11, n. 22, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000100005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/ghZbw-7DKZHPng5VSdL4VTkv/?lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2024.

NEVES, Frederico. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000a.

NEVES, Frederico. A seca na história do Ceará. In: SOUZA, Simone. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000b.

NEVES, Frederico. Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877-1915). **Trajetos – Revista de História UFC**, Fortaleza, v. 3, n. 6, 2005.

NEVES, Frederico. O discurso oculto dos retirantes das secas. **Raízes**, Campina Grande, v. 33, n. 2, p. 67-81, 2013. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2013.v33.390>. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/390>. Acesso em: 20 ago. 2024.

NEVES, Frederico de Castro. **A memória do espaço e o espaço da memória**: a seca na construção imaginária do Nordeste. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1992.

SEGATO, Rita. **La nación y sus otros**: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de la política de identidad. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

SELLIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas: EdUnicamp, 2022.

TEÓPHILO, Rodolpho. **A Seca de 1915**. 2. ed. Fortaleza: Ed. UFC, 1982.

TEÓPHILO, Rodolpho. **História das Seccas do Ceará (1877-1880)**. Fortaleza: Imprensa Inglesa, 1922.

TEÓPHILO, Rodolpho. **Seccas do Ceará (século XIX)**. Fortaleza: Minerva, 1901.

VIEIRA, Tanísio. Seca, disciplina e urbanização: Fortaleza – 1865/1879. In: SOUSA, Simone; NEVES, Frederico de Castro; VIEIRA, Tanísio (Orgs.). **Seca**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

Recebido em: 21 set. 2024
Aprovado em: 14 out. 2024